

A nova lei da imigração constitui um ataque sem precedentes aos direitos de todos nós!

Unidos contra uma imigração «descartável»

Recusamos o novo projecto do governo para a lei da imigração e de asilo, CESEDA!

A nova proposta introduz na lei uma inaceitável negação dos direitos humanos fundamentais. Esta reforma vem restringir ainda mais radicalmente o direito de residência das famílias, dos casais, dos filhos, e, de facto, de todos estrangeiros que procuram construir as suas vidas em França. Na prática esta lei irá diminuir significativamente as possibilidades de obtenção da autorização de residência permanente (carte de résident), até ao momento um importante instrumento de integração em França. Este projecto restringe também o direito aos doentes graves de receberem em França tratamento médico inacessível nos seus países de origem.

Se o projecto for aprovado, tornar-se-á praticamente impossível a convivência amorosa entre os/as franceses/as e os/as estrangeiros/as, a vivência em família ou ter filhos. A esperança da regularização da situação irá tornar-se um sonho impossível, dada a multiplicação infinita de condicionamentos.

O projecto inscreve-se deliberadamente numa perspectiva utilitarista da imigração. O governo torna publica a sua vontade de pilhagem de talentos por esse mundo fora. Serão apenas bem-vindos os estrangeiros considerados rentáveis para a economia francesa. Quanto aos outros, nem a sua situação pessoal, nem a sua situação familiar lhes conferirão a partir de agora quaisquer direitos, a tal ponto as regularizações se irão tornar impossíveis. Este projecto cria uma nova categoria de trabalhadores estrangeiros com autorização de permanência totalmente dependente da boa vontade do patrão. Além disso, a supressão do direito à autorização de residência temporária (titre de séjour) para os estrangeiros residentes há pelo menos dez anos em França condena-os à perpétua irregularidade. O projecto tornará mais selectiva a entrada de estudantes estrangeiros.

Quanto aos estrangeiros em situação regular, o direito de viver em família torna-se um autêntico feito: o governo prevê um endurecimento das condições de reagrupamento familiar (recursos, alojamento, parecer do presidente da câmara sobre a «integração» da família). Lança-se a suspeição sistemática sobre os progenitores masculinos estrangeiros de filhos franceses, que terão de provar a sua paternidade.

Segundo o novo projecto governamental para a imigração, os estrangeiros que queiram obter e conservar a autorização de residência deverão cumulativamente estar «bem integrados», ser bem vistos pelas autoridades do seu município, ter uma boa relação com o seu cônjuge, ser apreciados pelo patrão, auferir um bom salário e ter uma boa habitação.

Sabendo que uma reforma do direito de asilo deverá também restringir as condições para o pedido do estatuto de refugiado, é o conjunto de direitos dos estrangeiros que estão ameaçados. É nossa responsabilidade individual reagir. Ao estigmatizar os estrangeiros o governo está a tentar pôr-nos uns contra os outros enquanto faz alarde das liberdades fundamentais.

Apelamos, por isso, à mobilização contra a reforma CESEDA que, se for aprovada, fará dos estrangeiros em França, regulares ou irregulares, uma população de segunda, privada de direitos, a viver na precariedade e deixada de mãos e pés atados à mercê do patronato, da administração e do poder.

>>> http://contreimmigrationjetable.org/article.php3?id_article=7